

Povos vacarianos em Minas Gerais: identificação, mobilização e conflitos ambientais

Breno Trindade da Silva (UFMG/Minas Gerais/Brasil)¹

Palavras-chave: vacarianos, povos e comunidades tradicionais, conflitos ambientais

Introdução

O trabalho aqui apresentado decorre do projeto “Reconhecimento e Proteção do Território Tradicional Vacariano nos Vales do Rio Vacaria e Peixe Bravo”², contrato, desenvolvido entre os anos de 2022 e 2023, cujos proponentes foram: o Movimento Geraizeiro, a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, o Centro de Agricultura Alternativa do Norte De Minas (CAA-NM) e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). Tendo como objetivo a recuperação dos impactos gerados pela pandemia do COVID-19, no bioma Cerrado e sua área de transição, a presente pesquisa insere-se no primeiro item dos objetivos específicos do Plano de Trabalho do referido projeto – “apoiar processos de autorreconhecimento identitário, de autodemarcação das comunidades vacarianas e de seus territórios ameaçados por conflitos ambientais territoriais”. Para tal foi proposto a identificação, mapeamento territorial, mapeamento de conflitos socioambientais³, levantamento genealógico e diagnóstico sociocultural das comunidades vacarianas que habitam os vales dos rios Vacaria e Peixe Bravo, dando também atenção àquelas comunidades geraizeiras e quilombolas que compõem o mosaico sociocultural desse território¹.

Entre as comunidades inicialmente contempladas, estavam as comunidades vacarianas Sucesso Canto da Sorte, Tamboril da Vacaria, Ponte Velha, Miroró, Ponte Nova, Ribeirão do Jequi, Caiçara, Cutica, Jabuticaba, Vacaria; a comunidade geraizeira

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² O projeto foi selecionado e aprovado no 30º Edital PPP-Ecos TICCAs, que se destina a apoiar projetos de organizações comunitárias, ONGs e organizações de povos indígenas e comunidades tradicionais, sendo eles um TICCAs - Territórios Indígenas e Áreas Conservadas por Comunidades Locais, e visa a recuperação dos impactos gerados pela pandemia do COVID-19, no bioma Cerrado e sua área de transição, sendo financiado pelo Global Environment Facility/ Small Grants Programme (“GEF/SGP”), implementado pelo UNDP em nome das três Agências Implementadoras – UNDP, UNEP e World Bank.

³ Zhouiri e Laschefski (2010, s/n) classificam conflitos ambientais como tensões que “surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço”. Assim, os conflitos se materializam quando essas concepções de espaço são transferidas para o espaço vivido. Nesse sentido, quando ocorrem disputas entre “sentidos atribuídos à natureza por determinados grupos com posições sociais desiguais, os impactos indesejáveis que comprometem a coexistência entre distintas práticas socioespaciais estimulam a organização de membros de grupos sociais atingidos contra a atividade que os gera”.

Pindaíba e a comunidades quilombola Peixe Bravo, ou seja, 12 comunidades, sendo 10 vacarianas, uma geraizeira e uma quilombola. Após início dos estudos, percebeu-se que a comunidade identificada como “Vacaria”, na verdade, era um nome genérico referente a outras localidades do rio Vacaria. Do mesmo modo, algumas comunidades identificadas como vacarianas, eram na verdade geraizeiras, como o caso de Caiçara e Cutica. Há também aquela que se identifica a partir de ambas as identidades, “vacariana/geraizeira” como é o caso de Miroró. Desse modo, a configuração identitária daquelas comunidades contempladas pelo projeto foram: 07 vacarianas, 03 geraizeiras e 01 quilombola. Sendo vacarianas as comunidades Sucesso Canto da Sorte, Tamboril da Vacaria, Ponte Velha, Miroró, Ponte Nova, Ribeirão do Jequi e Jabuticaba; as comunidades geraizeiras Pindaíba, Caiçara e Cutica e a comunidade quilombola Peixe Bravo. Por outro lado, desde o início dos trabalhos de campo, ficou evidente que o número de comunidades existentes no vale do rio Vacaria, que se identificam e são reconhecidas como povos vacarianos, extrapola aquelas contempladas pelo projeto. Desse modo, iniciamos a identificação dessas comunidades e estabelecemos diálogo com as lideranças locais para que, em um futuro próximo, tenhamos condições de estabelecer ações mais sistemáticas.

Na sequência disponibilizamos a localização de cada comunidade identificada e o segmento autoatribuído:

Tabela 1: identificação das comunidades pesquisadas

Comunidades	Identidade	Município	Nº famílias
Barra da Água Fria	Vacariana	Fruta de Leite	28
Canto da Sorte*	Vacariana	Fruta de Leite	36
Cutica*	Geraizeira	Fruta de Leite	14
Miroró*	Vacariana geraizeiro	Padre Carvalho	17
Olhos D'Água	Vacariana	Fruta de Leite	26
Ponte Nova – Vandinho* ou Brejinho	Vacariana	Padre Carvalho e Fruta de Leite	35
Água Fria	Vacariana	Fruta de Leite	30
Caiçara*	Geraizeira	Fruta de Leite	47
Guará de cima	Geraizeiro	Fruta de Leite	18
Cedro	Geraizeira	Fruta de Leite	9
Jabuticaba*	Vacariana	Fruta de Leite	9
Ribeirão do Jequi*	Vacariana	Fruta de Leite	23
Roça do Meio	Vacariana	Fruta de Leite	10
Tamboril*	Vacariana	Fruta de Leite	48
Vacaria Ponte Velha *	Vacariana	Fruta de Leite/Padre Carvalho	55
Vida e Esperança (Covão)	Vacariana	Fruta de Leite	6
Campo da Vacaria*	Vacariano	Padre Carvalho	80

Diamantina	Vacariana	Padre Carvalho	-
Barra de Canoa	Vacariana	Grão Mogol e Riacho dos Machados	30
Morro Grande	Vacariana	Grão Mogol	22
Peixe Bravo*	Quilombola geraizeiro	Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas	230
Pindaíba*	Geraizeira	Rio Pardo de Minas	27

*comunidades contempladas pelo projeto.

A proposta nasce de uma demanda interna das próprias comunidades vacarianas em se diferenciar das comunidades geraizeiras da região. Sobre esse aspecto, vale destacar que desde os anos 1990, as comunidades geraizeiras passaram a se organizar e ser identificadas, culminando em um amplo reconhecimento a partir dos anos 2000⁴. No entanto, naquela época algumas comunidades da região identificadas como geraizeiras, anos mais tarde, passaram a demandar o reconhecimento como vacarianos. Desse modo, o próprio Movimento Geraizeiro provocou a rede de parceiros sobre a necessidade de contemplação desse contexto emergente.

No entanto, um ponto que deve se destacar é o fato de que, a identidade vacariana não se manifesta em decorrência de um contexto situacional somente, como veremos adiante. Trata-se de um reconhecimento que se dá ao longo do tempo a partir da relação com outros segmentos, inclusive a nível de relações de parentesco.

Os povos vacarianos são um conjunto de comunidades que desde ao menos metade do século XIX habitam as margens e proximidades do rio Vacaria, tributário do rio Jequitinhonha. Ao longo das relações estabelecidas com outros grupos identitários da região, comunidades quilombolas e geraizeiras, os vacarianos sempre foram reconhecidos como portadores de práticas diferenciadoras, como a própria forma de construção de suas relações sociais. Elemento distintivo entre os demais povos, sempre foram valorizados pela dedicação ao trabalho e capacidade ímpar no manejo de ferramentas para trabalhos braçais, principalmente a reconhecida destreza no manuseio do facão, símbolo da identidade vacariana que faz parte, inclusive, do universo lúdico infantil e adulto.

Os vacarianos encontram-se dispersos ao longo do Vale do rio Vacaria e estão organizados em núcleos familiares com uma ou mais famílias com alto nível de coesão social. Ao longo das gerações estabeleceram alianças com outros povos, como geraizeiros

⁴ Dayrell (1998, 2019).

e quilombolas que se tornaram membros das famílias, mas com clara distinção entre quem é vacariano e aqueles considerados forasteiros. Outro encontro que marca a memória das famílias é quando se referem aos antepassados que se casaram com mulheres indígenas, de grupos que habitavam a região em meados do século XIX. Sempre se referem àquelas família que possui sangue de “bugre”. De acordo com o conhecimento local, é possível localizar cemitérios antigos que são relacionados aos últimos remanescentes indígenas da região vacariana – comunidades de Canto da Sorte e Ponte Nova.

Dentre os mecanismos acionados na construção da distintividade identitária das comunidades vacarianas estão a relação estabelecida com seu ambiente e as práticas desenvolvidas a partir desse. Primeiramente, o reconhecimento dessas famílias se dá pela íntima identificação com o rio, que, além de ser parte do território, é, também, constituinte da dinâmica produtiva local.

Os ambientes que compõem o território vacariano encontra a esma disposição que aquele das comunidades geraizeiras, já descrito na literatura (Dayrell, 2019 e Nogueira, 2017). A partir do rio Vacaria indo em direção às terras altas dos gerais, podemos compreender o território vacariano a partir da seguinte divisão: terras de cultura, tabuleiro ou carrasco e campos gerais. Na terra de cultura é onde concentram-se grande parte das moradias e manejos de roças de milho, feijão, mandioca, cana e variedades de pastos. Também se localizam grande parte das madeiras nobres utilizadas para construção de casas e estruturas de trabalho. As áreas de carrasco são faixas de transição para os gerais e são utilizadas para extração de plantas medicinais. Trata-se de uma vegetação esguia e muito fechada com uma terra mais fraca para o cultivo agrícola. Também é classificada pelos vacarianos como “cerrado”. Por sua vez, o Gerais são áreas coletivas compartilhadas entre as várias comunidades da região. Também considerada uma terra fraca, possui grande diversidade de frutos e variedades de gramíneas fundamentais para a manutenção da principal prática dessas comunidades, a criação de gado na solta. Historicamente as comunidades tradicionais que habitam essa amplo território multicultural não utilizavam cercas para delimitar suas terras. A lógica de apropriação privada da terra é algo recente entre as famílias locais sendo que as únicas áreas que cercadas eram as roças para evitar a entrada de animais. Os animais vivem soltos, misturandos e percorrendo grandes distâncias tendo como único critério de diferenciação as marcas a ferro de cada proprietário. Como sempre explicam: “a cerca antigamente era o ferro de cada dono”.

Foi-nos explicado que os povos vacarianos eram reconhecidos pelos demais povos da região como grupo social dedicado ao trabalho e que guardavam grande agilidade com os facões, sua principal ferramenta de trabalho. Muitas vezes considerados povos “bravos” ou valentes. Dona Olívia, comunidade Canto da Sorte, município de Fruta de Leite/MG, lembrou quando crianças, os meninos, faziam os facões de aroeira (*Schinus terebinthifolia*) para brincarem de luta na beira do rio Vacaria. Era comum, quando completavam 14 anos, ganharem sua primeira faca e bainha dos pais. Tendo a faca como elemento importante de construção da masculinidade, os jovens iam para as festas e exibiam suas facas na cintura como sinal de posse e disposição para a luta. Algumas lideranças geraizeiras destacaram a destreza dos vacarianos no manejo do facão, sendo comum, em muitos casos, brincadeiras entre os adultos que tinham como objetivo abrir pequenos cortes no corpo de seu oponente. Isso mostrava quem dominava com maior destreza a lâmina, acabando por se converter em um elemento de distinção social.

Como foi compartilhado por Ananias, Fruta de Leite/MG, seu Amâncio lhe contou que o Vacarias deve ser pensado como um grande reino, onde seus córregos e afluentes são seus súditos e ele o grande rei. Desse modo, um ponto que se destacou desde o início dos trabalhos é o fato de que a identidade vacariana pode ser percebida a partir de seus vínculos ecológicos e históricos específicos construídos a partir da relação com o rio Vacaria e seus afluentes.

Em entrevista realizada com Dona Alice (1953)⁵ e sua filha, em Fruta de Leite, elas explicam que na região dos vacarianos chovia muito e o pessoal sempre contava que nos gerais havia muita fartura, mas ela não sabia o que era gerais. Com 25 anos Dona Alice se casou, em Pirapora, e decidiram se mudar para o Vacarias. Seu marido era de Salinas, mas devido a uma seca muito forte em 1980, onde faltou água para o gado em Salinas decidiram buscar outro local com maior segurança hídrica.

Meu marido um dia viu que ia formar chuva, porque a gente que mora na roça quando forma a chuva a gente sabe que vai chover. Nessa época a gente queimava muito o capim. Ele saiu colocando fogo em volta da terra todinha e foi um fogo só. Fechou tudo de fogo e ficou só a cinza, mas aí a chuva foi embora. Não choveu. Foi passando dois, três, quatro dias, e o gado berrando com fome. Ele pegou o gado e saiu tocando pra cá em direção a Fruta de Leite que ele tinha amigos. Ele alugou um pasto e colocou o gado lá e foi embora. Aí ele começou a entrar aqui na região para ver como era.

⁵ Maria Alice Barbosa e Ana Angélica, 30 de março de 2022, Fruta de Leite-MG.

Desde então sua família e seu gado não saíram da área dos vacarianos. O vale da vacaria sempre foi reconhecido pela fartura de água e pasto. Nas terras de sua família havia 05 diferentes córregos que nunca haviam secado. Hoje todos esses córregos se acabaram em decorrência das intervenções da silvicultura nas áreas de gerais.

Percebe-se a relação com o gado como elemento central na região. As famílias não criam para abates grandes, mas sempre mantêm algumas cabeças para segurança financeira. Dona Alice explica que: *“é uma segurança. Todo mundo tem, porque na hora de uma precisam grande é fácil de vender e é o dinheiro que a pessoa tem. O dinheiro que a pessoa tem é esse, não é dinheiro no banco. A pessoa tem aquele gado para vender na hora da necessidade”*.

Dona Alice também explica que muitas famílias se localizam em torno dos córregos coma aquele próximo do falecido Seu Amâncio. De sua casa até a chapada é uma família só. Irmão, sobrinho, sobrinha, filhos.

O pessoal vai casando e vai construindo próximo à casa do pai e da mãe. Vai dando um pedacinho e vai construindo. Isso até hoje, pois eles vão para SP trabalhar e voltam para lá. Os homens fazem as casas, deixa as mulheres com os filhos e saem para trabalhar em São Paulo, Sul de Minas e voltam a cada dois meses. Eles iam trabalhar lá. Antes trabalhavam numa empresa, se a empresa mandasse eles embora, eles voltavam. Agora não. Eles vão, trabalham sessenta dias. A empresa dá uma semana e eles voltam e ficam na casa e torna a voltar. Aqui tem muitos profissionais que aprendeu a profissão em São Paulo, Rio de Janeiro.

Pessoas de fora e até mesmo as famílias geraizeiras que mantêm contato com os vacarianos argumentam que esse grupo sempre manteve um status diferenciado em relação àqueles próximos. Dentre essas características destaca-se o comportamento belicoso e a grande dedicação ao trabalho.

Os vacarianos antes tinham a imagem muito ruim. Sempre tiveram a fama de gente briguenta. Que gostava de brigar. Quando eu mudei pra cá eles tinham um negócio de topar de facão, aqueles facão grande, e ia batendo um no outro, cortava gente, cortava e o sangue tava descendo e eles lutando de facão. Era uma brincadeira.

Tem o cemitério, o Covão e a igrejainha. Ali o padre ia rezar missa. Nessa época que eu mudei pra cá tinha missa que ficava uns três dias o povo preparando para essa missa. Vinha mascate de tudo quanto é lugar e acampava lá. O povo do lugar fazia biscoito pra vender lá. O padre vinha, rezava missa, batizava menino, casava gente se tivesse para casar e ia embora. Demorava uns seis meses para o padre voltar. Isso era por volta de 1980.

A primeira missa que fui no Covão, eu tinha um filho e estava esperando o outro. Eu fiquei lá depois da missa porque era muita gente que ia. Tinha gente que armava a barraca para dormir. Aí, eu arrumei para ir embora e uma senhora disse para eu não ir porque já tinha dois homens travado no facão. Foi batando facão, batendo facão, até a hora que eles cansaram. Os dois tudo cortado e falando “o compadre, dessa vez ninguém venceu, foi empate”.

Dona Alice também explica que como ela não é nascida nas comunidades vacarianas, mesmo depois de muitas décadas sendo proprietária de terras no vale do Vacaria, ela é considerada forasteira. Sua filha, Ana Angélica, argumenta que “os vacarianos são as pessoas que moram as margens ou próximos ao rio Vacaria. Essas pessoas é que são vacarianos, os moradores dali. Onde o rio corta é vacarias. Onde o rio passa tem vacariano”.

Complementa Dona Alice: “Eu que sou de fora e vim morar na beira do rio Vacaria falo que sou vacariana, mas pra quem nasceu e criou e vai contar minha história, eu não sou vacariana. Porque eu não nasci e me criei ali. Meus filhos que nasceram e se criaram ali, eles são vacarianos”.

As diferentes comunidades que se formaram ao longo do rio e recebem nomes distintos seria somente para marcar os locais específicos que elas estão, mas todos são vacarianos. Cada núcleo é formado por alguns agrupamentos familiares que mantêm parentesco entre si.

Dona Alice conta que na área onde sua família tem terra, eles são cercados pelos Rodrigues Lima, antiga família vacariana formadora da comunidade Sucesso Canto da Sorte. Antes, cada núcleo comunitário era formado por uma única família. Pontua que ela mesma nunca se sentiu vacariana, pois as demais famílias nunca a deixaram ter esse pertencimento. Explica ainda que ela foi a primeira professora na escola de Canto da Sorte. Foi a primeira a entregar títulos de alunos formados na quarta série, mas as famílias vacarianas não reconhecem esse protagonismo nela e sim em outra professora vinculada as famílias vacarianas.

Outra forma de diferenciação apontada aos vacarianos se dá pela relação com a morte. O cemitério mais antigo na região era o de São Miguel. Até mesmo as famílias de Peixe Bravo, quando necessitavam de enterrar seus parentes, levavam para enterrar lá. Conta Dona Alice que era comum as famílias vacarianas pedirem para pernoitar nas casas devido a distância do cemitério. “Diz que amarrava no pau e quando chegavam em alguma casa pediam para passar a noite lá porque era quase três dias viajando com esse

defunto. Quando esse defunto era pesado, diziam que eles davam uma surra nesse defunto. Tirava uma varinhas na estrada e cortava o defunto no couro pra ele ficar leve". Até hoje essa prática é comum entre aqueles envolvidos com o enterro do morto. É comum quando o caixão encontra-se demasiadamente pesado, aqueles responsáveis por carregá-lo ameaçam de surra o defunto, fato que acaba por aliviar o peso do caixão.

Outro ponto destacado nas entrevistas é que comumente os velórios tinham como responsáveis os vacarianos. Não eram os familiares quem decidiam a hora de enterrar, mas sim os próprios vacarianos. Muitas famílias contam que se eles decidirem ir embora em determinado horário é nessa hora que a família tem que enterrar o caixão. E os familiares nunca se colocavam contra, pois eram os vacarianos os responsáveis por conduzir os corpos, uma vez que eles próprios não podiam realizar o enterro de um parente próximo.

Nesse contexto nos foi explicado que, aqueles parentes com vínculos mais próximos não participavam diretamente dos velórios e do enterro. Por esse motivo precisavam daqueles mais distantes para executarem tal função. Ana Angélica, filha de Dona Alice, explica que *"é uma cultura daqui. Meu pai morreu, eu não vou ao enterro. Nem a mulher e nem os filhos. As pessoas da casa não vão ao enterro daquele ente próximo. Só vai ao cemitério no sétimo dia onde vai saber onde é que enterrou"*. Assim, você só pode carregar o caixão de quem não é da sua família.

Explica Ana Angélica, que os vacarianos possuem uma característica de serem muito exaltados. *"quando falam para despedir porque eles vão sair com o caixão, um cai daqui, outro sai correndo para ali, outro segura o caixão. É da característica deles. Então eles não têm condições de levar o caixão, de ajudar. Não é que não pode, é porque eles não se sentem em condições de ir"*.

Como nos foi explicado, isso não é uma regra explícita compartilhada, mas um comportamento que se observa em todos os contextos vacarianos. Dona Alice conta que a única vez que os parentes mais próximos carregaram o caixão foi no enterro de seu filho, mas todos acharam algo estranho. De acordo com ela, o certo é nem ir acompanhar. Os familiares devem ficar em casa. Só vão até o corpo no sétimo dia ou no tempo de finados.

Podemos pensar esse afastamento como uma forma dos familiares viverem o luto. *"Olha, ninguém aceita morte, mas eles (vacarianos) não aceitam e se desesperam. Um quer correr para o mato, outro quer correr para o rio para morrer. O pessoal sai de lá com os braços doendo de tanto tá segurando esse povo"*. Relatam que as pessoas saem

correndo para o mato, rasgam a roupa, arrancam o cabelo, gritam devido dor da perda, manifestando o rompimento. O álcool está sempre presente nos velórios, mas os familiares comumente não fazem uso de qualquer tipo de bebida.

Por sua vez, em entrevista realizada com Seu Amâncio⁶, semanas antes dele falecer, explicou que seus pais e avós todos moravam nas mesmas terras onde hoje ele mora com sua família. Seu pai chamava Aluizio e sua mãe Avelina Maria de Jesus. *“O pai do Aluizio, esse aí é antigo. Chamava Maurício. O Aluizio quando pegou essa terra aqui, pegou em capoeira. Naquele tempo eles tomavam mesmo. Entrava, não tinha mistura, não tinha ninguém. Hoje que não entra mais. Qualquer coisa tem uma posse, tem um herdeiro”*.

Explica Seu Amâncio que as terras que Aluizio utilizava pertenciam a seu avô, Maurício. Todas as famílias posteriormente estão distribuídas nessas mesmas terras antigas. Por sua vez, a mãe de Avelina, era a senhora Romana, que nasceu em Ponte Velha. Segundo Seu Amâncio, vacariana legítima. Argumenta que a definição de vacariano é devido ao rio Vacaria que dá nome às famílias e as comunidades.

Quando perguntado sobre a diferença entre o vacariano e o geraizeiro, Seu Amâncio responde em tom sério que é a mesma entre o bugre e o padre. Um é de pouca fé e o outro é de muita fé. Depois descontraíu dizendo que era só uma brincadeira. No entanto, todas as brincadeiras ou situações jocosas devem ser pensadas a partir dos significados e estruturas sociais que são forjadas. O pensamento dominante ao longo da experiência colonial destinado a compreender povos nativos como "gente sem fé, sem lei, sem rei" permeia, ainda hoje, o pensamento comum. Ainda mais pelo fato de que o passado indígena, apesar de marginal, ainda é muito presente nas narrativas vacarianas. Exemplo são os locais denominados cemitérios de bugres indicados na comunidade de Canto da Sorte e Ponte Nova. Muitos moradores guardam na memória as famílias indígenas que ali moravam há cerca de 50 anos.

Depois de insistir nessa diferença, Seu Amâncio explica que há uma divisão utilizada pelos diferentes grupos da região entre terra quente e terra fria. No caso das comunidades geraizeiras, estão localizadas nas áreas de terras frias, consideradas mais fracas. O contrário ocorre com os vacarianos que se localizam em terras quentes, terras com maior potencialidade produtiva, ou seja, terras mais fortes para o cultivo de roças.

⁶ Entrevista realizada com Seu Amâncio, Sucesso Canto da Sorte, 16 de janeiro de 2022.

Essa mesma diferença ocorre entre os geraizeiros e os povos caatingueiros, como tratado por Aderval Costa Filho⁷.

Sobre esse aspecto, ao dialogar com as lideranças da comunidade geraiziera de Pindaíba⁸, Eliseu argumenta que terra de Caatinga é conhecida como terra quente, terra de arueira, e a terra de gerais é a terra desse mato mais fofo, mais mole. A terra é mais arenosa. Os vacarianos estão mais próximos da Caatinga ou áreas de transição, enquanto na Pindaíba é mais Cerrado. Assim a terra dos vacarianos produz mais que a terra dos geraizeiros. Eliseu comenta sobre as diferenças entre geraizeiros e caatingueiros. “A separação principal se dá pela Serra Geral/Espinhaço. Do lado de lá é Caatinga e do lado de cá é Cerrado/Gerais”.

A presença das famílias vacarianas junto ao rio Vacarias é considerada muito antiga. Em Ponte Velha, onde há a Igreja antiga, ocorria muitos festejos e a localidade era conhecida como Vacaria. Em relação a diferenciação com os geraizeiros, havia o entendimento de que os vacarianos tinham uma capacidade, uma coragem de trabalhar que era reconhecida em muitas regiões, onde chagavam para procurar serviço. Muitas vezes, quando eram pessoas de outros lugares o serviço era negado, mas se fosse um vacariano tinha preferências por parte dos contratantes.

A outra coisa era que os vacarianos sempre eram considerados muito valentes. Era o povo que brigava fácil. “*Era de faca. Eles brigavam hoje e ficava marcado para brigar a tarde e no outro dia também. Era o ditado, matava um de manhã e deixava o outro amarrado para matar a tarde*”. Eles sempre foram reconhecidos por terem uma postura mais aguerrida.

É recorrente a associação dos vacarianos com o uso e domínio das facas. Muitas vezes escutamos geraizeiros dizendo que uma criança vacariana quando nasce seu primeiro presente é uma faca pequena e, à medida em que ela vai crescendo, o tamanho de sua faca também vai aumentando.

O reconhecimento dos vacarianos, além do comportamento, ocorre pelo uso de uma faca e um facão na cintura e uma espingarda nas costas. Apesar de ser utensílios comuns a qualquer homem da região, a forma com que os vacarianos manejam tais ferramentas é entendida como diferenciada. Para os irmãos de Pindaíba, o geraizeiro já é um povo mais tranquilo, mais pacato.

⁷ ADERVAL, Costa Filho. Gurutubanos, Caatingueiros e Geraizeiros: identidades rurais e territorialização.

⁸ Entrevista coletiva realizada com os irmãos Eliseu, Tobias, Gabriel e Jeremias, comunidade geraiziera Pindaíba, 05 de março de 2022.

O local de moradia para vacarianos e geraizeiros também se diferencia. Ambos vivem em áreas de grotas, mas àquelas ocupadas pelos vacarianos são mais íngremes, seguido das áreas de tabuleiro e os gerais. De acordo com Tobias, as grotas dos gerais são mais rasas, menos íngremes se comparadas àquelas do Vale do Vacarias. No entanto, tanto geraizeiros quanto vacarianos criavam gado em comum nas extensas áreas de gerais. A única diferença que tinha um gado de uma pessoa e o gado de outra é o ferro do dono. No decorrer do tempo as pessoas iam conhecendo o fero um do outro. Os gados vinham de longe. Os touros mesmo percorriam grandes distâncias para entrar em um rebanho.

Eliseu explica que *“às veze percebia que tinha gado de longe e encontravam ali. Os touros percorriam longos trechos. Entrava num rebanho, saía daquele rebanho e entrava no outro, topava uma briga com outro touro e expulsava ele daquele rebanho e tomava conta. Os touros viajavam muito e às vezes percebia que tinha um touro de outro lugar mais distante”*. Tobias também argumenta que *“às vezes você ia na chapada buscar o gado e tinha o gado de outras pessoas. Você tocava tudo junto. Quando chegava no seu curral, você prendia os seus e soltava os outros e ele voltava. Se por um acaso não voltasse a pessoa avisava o dono que o gado dele estava junto dos seus”*.

A solta era comum, muitas vezes o gado percorria caminhos e áreas que os próprios donos não tinham conhecimento. Muitos diziam que eram as *“mangas de Nossa Senhora”*, largas extensões confiadas à santa, pois os animais só poderiam ter a proteção do divino. Na expressão local, a área comum era de uso de todos, não pertencia a ninguém, somente à santa, considerada mãe de todos. *“Nossa senhora é a mãe de todos e onde todo mundo cria é a manga de Nossa Senhora”*, explica Eliseu.

No entanto, com a privatização das áreas comuns, a prática de solta do gado ficou impedida, sendo os animais restritos somente a pastos cercados. Outro fator preocupante é o aumento do roubo de animais que muitas vezes são abatidos no período da madrugada no próprio pasto e comercializados no mercado clandestino de carnes.

Mobilização frente à expansão da mineração

Dayrell (1998) apresenta o quadro de transformações da região, onde até meados da década de 1970 a produção regional se constituía em grandes fazendas voltadas para a criação de gado ou em núcleos esparsos de agricultores familiares que praticavam agricultura diversificada, criação animal em menor escala e extrativismo.

No entanto, a partir da década de 1970 a região do Norte de Minas é introduzida na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) iniciando uma série de programas e projetos, promovidos tanto pelo governo federal quanto estadual, para modernização da economia regional.

No entanto, essa dinâmica ganhou novos contornos. Após décadas em que a mineração de ferro permaneceu concentrada no Quadrilátero Ferrífero, o início dos anos 2000 foi marcado pela incorporação de novas áreas de elevado potencial geológico ao circuito minerário estadual. Impulsionada pelo aumento da demanda internacional por commodities minerais, sobretudo durante o chamado "superciclo das commodities", a região Norte de Minas passou a ser identificada por empresas e pelo Governo de Minas Gerais como uma nova fronteira de expansão da mineração de ferro⁹.

Do ponto de vista das políticas públicas, essa estratégia foi acompanhada pela formulação de projetos voltados à constituição de um polo mineral/distrito mineral no Norte de Minas. Com apoio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), da então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SECTES) e do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), o governo estadual passou a incentivar estudos para a implantação de um complexo minerário regional capaz de integrar extração, beneficiamento, infraestrutura logística e exportação. O objetivo era deslocar parte da dinâmica minerária do estado para uma nova província mineral localizada entre o Norte de Minas e o Alto Jequitinhonha.

Segundo notícias da época, essa nova província mineral compreenderia aproximadamente vinte municípios, entre eles Rio Pardo de Minas, Salinas, Grão Mogol, Serranópolis de Minas, Porteirinha, Nova Aurora e municípios vizinhos, onde pesquisas geológicas indicavam reservas superiores a 10 bilhões de toneladas de minério de ferro. Esses municípios integram o geossistema ferruginoso Vale do Rio Peixe Bravo. Trata-se de um dos seis principais geossistemas ferruginosos do Brasil. O Vale do Rio Peixe Bravo é a terceira maior reserva de minério de ferro do país, com 3,5 bilhões de toneladas, equivalente a 12% das reservas do Quadrilátero Ferrífero (MG) (BARBOSA, 2024).

⁹ Gabriel Costa Ribeiro (2018, p. 31) aponta que dentre os direitos minerários e concessões outorgadas pelo Governo de Minas Gerais no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, com objetivo de extração de minério de ferro a partir dos anos 2000, temos as seguintes iniciativas: o projeto de implantação de um novo complexo de grande porte em área correspondente aos municípios de Serranópolis de Minas, Riacho dos Machados, Grão Mogol e Rio Pardo de Minas encabeçado pela *Vale S.A.*; o projeto Mineração Minas Bahia (MIBA), unidade minerária e logística com base nos municípios de Grão Mogol e Rio Pardo de Minas e o Projeto Vale do Rio Pardo (PVRP) cuja empresa responsável é a Sul Americana de Metais (SAM).

O projeto previa a instalação de minas, unidades de beneficiamento, minerodutos ou ferrovias, além de estruturas portuárias voltadas à exportação, articuladas por meio do chamado Consórcio Mineral Novo Horizonte. O discurso oficial enfatizava a geração de empregos, a agregação de valor ao minério dentro do estado e a diversificação econômica regional.

Estudos realizados no vale do Rio Peixe Bravo estimou, preliminarmente, a reserva de minério de ferro em 2,7 milhões de toneladas por metro de profundidade e inferindo uma reserva total de 540 milhões de toneladas de minério de ferro (CARMO E KAMINO, 2017). De acordo com o Instituto Pristino, cerca de 80% da área superficial dos geossistemas ferruginosos do vale do Vacaria estão sobrepostos a títulos de direitos minerários outorgados pelo DNPM. Tais títulos tratam de Requerimento de Lavra, seguido por Disponibilidade e Autorização de Pesquisa Mineral.

O Projeto Bloco 8, de responsabilidade da Sul Americana de Metais (SAM), empresa pertencente ao grupo chinês Honbridge Holdings Ltd., constitui um dos principais empreendimentos previstos para a nova fronteira minerária do Norte de Minas Gerais. Inserido no geossistema ferruginoso do Vale do Rio Peixe Bravo, considerado uma das principais províncias ferríferas do país, o projeto abrange os municípios de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, Fruta de Leite, Josenópolis e Padre Carvalho. Concebido para a exploração de minério de ferro em larga escala, o empreendimento prevê a implantação de mina a céu aberto, unidade de beneficiamento, três barragens de rejeitos, três barragens de água, adutoras, linha de transmissão de energia e infraestrutura logística para escoamento da produção. Classificado como empreendimento de Classe 6 — de grande porte e elevado potencial poluidor, objetivando a modalidade Licença Ambiental Trifásica (LAT-LP), o Projeto Bloco 8 representa um dos maiores investimentos minerários planejados para o semiárido mineiro, inserindo a região na estratégia estadual de expansão da atividade mineral para além do tradicional Quadrilátero Ferrífero.

O processo de licenciamento ambiental teve início em 2010, quando o empreendimento foi apresentado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) sob a denominação de Projeto Salinas. Em 2012, foi reformulado e passou a ser denominado Projeto Vale do Rio Pardo, tendo seu pedido de licença indeferido pelo órgão ambiental federal em 2016, em razão de insuficiências técnicas e ambientais apontadas durante a análise. Após o arquivamento do processo em 2017, a empresa reestruturou o empreendimento, desmembrando o sistema de transporte por mineroduto — que passou a tramitar em processo específico sob responsabilidade da

empresa Lotus Brasil Comércio e Logística — e protocolou novo pedido de licenciamento, agora denominado Projeto Bloco 8. Desde então, o licenciamento da mina e das estruturas associadas passou à competência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), enquanto o mineroduto, previsto para ligar Grão Mogol (MG) ao porto de Ilhéus (BA), permaneceu sob análise do IBAMA. Essa trajetória evidencia as sucessivas reformulações institucionais e técnicas do empreendimento, bem como a complexidade do processo de licenciamento ambiental de um projeto que, desde seu anúncio, passou a mobilizar intenso debate público e conflitos territoriais envolvendo comunidades tradicionais da região.

Desde o anúncio do Projeto Bloco 8, um dos principais entraves ao seu licenciamento ambiental passou a ser a exigência de realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) junto aos povos e comunidades tradicionais potencialmente atingidos, conforme previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A incidência do empreendimento sobre territórios tradicionalmente ocupados por comunidades geraizeiras, posteriormente também reivindicados por comunidades vacarianas, deslocou o debate para além dos aspectos estritamente técnicos do licenciamento, incorporando a discussão sobre direitos territoriais, autodeterminação e participação efetiva das populações afetadas nas decisões estatais. Nesse contexto, a consulta deixou de ser compreendida apenas como uma etapa procedimental, tornando-se um dos principais eixos de disputa política em torno da legitimidade do empreendimento.

As tensões intensificaram-se a partir das tentativas de construção de soluções institucionais voltadas à superação desse impasse. Em 2021, a celebração de um Termo de Compromisso entre a Sul Americana de Metais (SAM) e o Ministério Público de Minas Gerais foi apresentada como alternativa para subsidiar tecnicamente o processo de licenciamento. A iniciativa, entretanto, foi amplamente questionada por movimentos sociais, pesquisadores e organizações da sociedade civil, que argumentaram que os estudos financiados pela empresa poderiam comprometer a autonomia das avaliações técnicas e, sobretudo, que as reuniões públicas previstas no acordo não poderiam substituir nem antecipar o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada assegurado pela Convenção nº 169. As críticas evidenciaram que a produção de conhecimento técnico e a condução do licenciamento constituíam, elas próprias, espaços de disputa política e de definição dos sujeitos legitimados a participar do processo decisório (BARBOSA, 2024).

O conflito tornou-se ainda mais evidente em 2022, quando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) editaram resolução conjunta¹⁰ com o objetivo de regulamentar a Consulta Livre, Prévia e Informada para o caso do Projeto Bloco 8. A medida foi imediatamente contestada pelas comunidades tradicionais, pela Associação Brasileira de Antropologia e por diversos grupos de pesquisa, sob o argumento de que o Estado não poderia definir unilateralmente os procedimentos da consulta sem a participação dos próprios povos interessados. Diante da intensa mobilização social e acadêmica, a resolução foi suspensa e posteriormente revogada, enquanto as comunidades passaram a elaborar protocolos autônomos de consulta, afirmando seu protagonismo na definição das regras, dos tempos e das formas de participação no processo consultivo.

O processo de licenciamento vinha sendo marcado, desde sua origem, por sucessivos questionamentos técnicos, administrativos, judiciais e políticos, entre os quais se destacavam as disputas em torno da Consulta Livre, Prévia e Informada prevista na Convenção nº 169 da OIT, as contestações ao Termo de Compromisso firmado entre a empresa e o Ministério Público, bem como a resistência organizada das comunidades tradicionais e de instituições acadêmicas. Como consequência, em março de 2024, ocorreu a formalização de arquivamento do Processo Administrativo nº 34129/2017/001/2019, referente ao Projeto Bloco 8. A decisão da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) foi proferida após solicitação formal apresentada pela própria Sul Americana de Metais (SAM), que requereu o encerramento do processo de licenciamento então em tramitação.

Apesar das conquistas decorrentes da mobilização social e política dos grupos contrários à implementação do Projeto Bloco 08, da Sul Americana de Metais, que culminou no arquivamento do processo de licenciamento ambiental, identificamos desdobramentos importantes decorrentes do avanço da fronteira de exploração mineral na região que estão diretamente ligados ao agravamento dos conflitos socioambientais. Trata-se daquilo que classificamos, a partir de Ana Tsing (2019) de “efeitos não planejados”, onde passamos a assistir a ação de agentes que intensificaram a apropriação

¹⁰ A Resolução Conjunta SEDESE/SEMAD nº 01/2022 foi criada para orientar o processo de escuta dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e povos indígenas em casos de medidas administrativas ou projetos de licenciamento ambiental que pudessem afetá-los diretamente. Sua revogação ocorreu em 31 de maio de 2023, pela Resolução Conjunta Sedese/Semad nº 02/2023, após forte crítica de movimentos sociais, universidades, Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Ministérios Públicos. Irei localizar o debate nas próximas páginas.

predatória dos territórios tradicionais geraizeiros, vacarianos e quilombolas com a exploração das extensas áreas de cangas antes mesmo da implantação formal do empreendimento.

Trataremos de dois momentos de mobilização que acabaram por fazer parte do presente trabalho e que traduzem a real situação deflagrada a partir da intenção de expansão da exploração minerária na região.

Oficina de mobilização na comunidade de Pindaíba

“A comunidade de Pindaíba parece um papel de parede”.
João Francisco, 08 anos, 2022

Foi com essa frase que Eliseu nos apresentou a comunidades Pindaíba. Foi a forma que seu filho, João Francisco, explicou como ele via a comunidade de seu pai.

A comunidade Geraizeira de Pindaíba, município de Rio Pardo de Minas - MG, assim como algumas comunidades vacarianas que tivemos a oportunidade de visitar, chama atenção pelo alto nível de preservação ambiental. Localizada próxima ao Riacho dos Porcos, afluente do rio Peixe Bravo, tem a riqueza de ser abastecida com uma das águas mais puras da região. Motivo de orgulho para as 27 famílias que vivem lá, pelo menos desde o século XIX, de acordo com levantamentos genealógicos iniciais.

De acordo com estudos realizados pelo Instituto Pristino, destaca-se nessa área a presença marcante de extensas couraças ferruginosas, conhecidas como cangas, que recobrem extensos geossistemas ferruginosos locais que se encontram com alto nível de preservação. O estudo aponta que, somente na bacia do rio Peixe Bravo essas cangas se estendem por cerca de 500 km² formando um amplo e complexo conjunto de ecossistemas interdependentes com inestimável valor socioambiental e arqueológico. Como nos explicou Eliseu, em sua comunidade, as cangas localizam-se em áreas de carrasco e, por ser um tipo de rocha porosa, é fundamental para filtrar a água contribuindo diretamente para sua pureza.

Trata-se, também, de uma área com rica composição de fauna e flora e que guarda importantes registros rupestres em suas cavernas. As particularidades da composição desse ambiente ferruginoso podem ocorrer pela complexidade dos ecossistemas que ali interagem. As tensões ocorridas entre os biomas do Cerrado e Caatinga contribuem para uma formação única não encontrada em outras áreas, pois estas características estão diretamente associadas ao elevado valor de conservação ambiental e cultural da região.

Assim o alto grau de biodiversidade e preservação ambiental, que dão as características particulares a esses ambientes, está intimamente vinculado às formas próprias de vida das comunidades vacarianas, geraizeiras e quilombolas que habitam esses territórios.



Figura 1: área de canga rodeada por carrasco, comunidade Pindaíba.
Autor: Breno Trindade

Todavia, desde o final de 2021 o território da comunidade Pindaíba e áreas próximas encontram-se ameaçadas pela extração ilegal de minério de ferro. Atividade essa iniciada por empresários da região. Foi por causa dessa demanda que a segunda reunião de mobilização daquele trabalho acabou sendo realizada nessa comunidade.

É justamente em direção a essas áreas que a frente de expansão da mineração está galgando espaço. Trata-se de uma série de empreendimentos particulares deflagrados por comerciantes com vínculos políticos na região, e, em alguns casos, pessoas de fora que, desde 2021, passaram a realizar extração de minério de ferro superficial nos territórios tradicionais das comunidades geraizeiras, vacarianas e quilombolas sem qualquer tipo de autorização ou licença ambiental. Tal crime passou a ser conhecido entre os povos tradicionais como **“piratas do minério”**, indivíduos que arrendam áreas ou adquirem terras por meio de contratos particulares de compra e venda. A ação visa extrair e escoar o minério sem qualquer tipo de documentação legal, comercializando-o com notas fiscais frias, a revelia do poder público. Algumas dessas áreas ilegais de extração superficial estão próximas a importantes nascentes dessas comunidades que agora se encontram ameaçadas por atividades escusas.

Foi a partir desse contexto que a segunda reunião para mobilização política junto as comunidades do vale dos rios Vacaria e Peixe Bravo foi pensada. No dia 05 de março, reuniram-se na comunidade Pindaíba, além das lideranças da própria comunidade, representantes das comunidades de Taguara, Raiz, Jacú, Canto da Sorte, Cutica, Tamboril, Terra Vermelha, Peixe Bravo, Vale das Cancelas, Água Boa, Forquilha. Fizeram presentes, também, representantes do Movimento Geraizeiro, junto com as antenas da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. O Encontro reuniu aproximadamente 70 lideranças de diversos segmentos tradicionais e instituições parceiras, como Instituto Federal de Salinas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas.

Diferentemente da primeira reunião do projeto, ocorrida em Ponte Velha, município de Fruta de Leite – MG, a ação realizada em Pindaíba, mesmo com o propósito de formação política, devido ao contexto específico, tomou outro contorno. Como definiu uma das lideranças presentes, tratava-se de uma qualificação política na prática. No período da manhã, após a acolhida dos visitantes e abertura do evento com apresentação de todos os presentes, iniciamos a contextualização sobre os principais conflitos ambientais que estavam diretamente sobrepostos aos territórios das comunidades, com especial atenção aos grandes e pequenos empreendimentos de extração mineral. Ao mesmo tempo discutimos sobre todo o conjunto de direitos adquiridos nas últimas décadas e que, muitas vezes, não são cumpridos tanto em nível de Estado quanto pelos setores privados. Diversas lideranças geraizeiras, ao narrarem as décadas dedicadas à luta pela manutenção de seus territórios, relembrou o “tempo do eucalipto”, período de grande degradação ambiental ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980 no qual as consequências permanecem no tempo e no ambiente, influenciando diretamente na dinâmica ambiental das comunidades.

No entanto, de acordo com os pontos levantados pelas lideranças presentes na reunião, percebeu-se que a luta para preservação do Cerrado e manutenção dos seus territórios entra em um novo ciclo de conflitos ambientais com a expansão da fronteira do setor de mineração em direção às terras não antes exploradas. Como estratégia, para o período da tarde as lideranças presentes se organizaram para a realização de um ato nas áreas⁶ dentro do território da comunidade de Pindaíba onde estava ocorrendo a extração ilegal de minério de ferro. Extração essa que ocorria a cerca de 500 metros de uma das principais nascentes, responsável pelo abastecimento da comunidade Pindaíba. O objetivo era pressionar e barrar aquelas atividades. Ao chegar, o grupo se deparou com

seis caminhões de grande porte e uma retroescavadeira. Quando questionado o encarregado apresentou documentação de Dispensa de Licenciamento Ambiental para justificar a extração. No entanto, o documento destinava-se a outras finalidades sendo inadequado para a extração de minério praticada. Sob pressão das lideranças, os caminhoneiros foram expulsos e as atividades interrompidas naquele dia. Todavia, essas atividades ainda continuam e avançam ferozmente sobre outros territórios tradicionais dessas comunidades.

Após a manifestação do Movimento Geraizeiro o mesmo grupo se deslocou para as áreas da comunidade de Peixe Bravo e iniciou a exploração superficial naquelas terras. Fato que preocupa as lideranças é que, se antes caminhoneiros e tratoristas operavam solo, agora contam com empresa de segurança armada causando horror às comunidades.

Ao longo dos anos 2023, 2024 e 2025 esses pontos de exploração foram se ampliando trazendo tensão entre as famílias locais e grupos empresariais. A própria Polícia Militar Ambiental chegou a fazer operações com apreensão de maquinários e aplicação de multas aos responsáveis.

Importante ponto a ser destacado refere-se ao fato de que os geossistemas ferruginosos que compõem os vales dos rios Vacaria e Peixe Bravo possuem como uma de suas principais características sua associação com aquíferos de expressão local e regional. Nesse sentido, a conservação das formações ferríferas é de suma importância para a manutenção da capacidade de recarga e armazenamento hídrico para milhares de famílias e centenas de comunidades tradicionais que habitam seus territórios há séculos.



Figura 2: Reunião na comunidade Pindaíba, Rio Pardo de Minas.
Autor: Vadir Dias



Figura 3: Ato na área de extração ilegal de minério de ferro, comunidade de Pindaíba.
Autor: Breno Trindade



Figura 4: Ato na área de extração ilegal de minério de ferro, comunidade de Pindaíba.
Autor: Breno Trindade

Oficina de mobilização

A proposta inicial das oficinas de mobilização sempre teve como base a possibilidade de qualificar politicamente o debate junto às comunidades envolvidas no projeto. Trata-se de um espaço de diálogo e de compartilhamento das experiências acumuladas do Movimento Geraizeiro e Articulação Rosalino Gomes, no que tange os direitos e conquistas relacionados ao campo dos povos e comunidades tradicionais. Essa perspectiva foi mantida desde a primeira oficina, no entanto, as ações foram atravessadas por conflitos ambientais que se encontram latentes na região e que levaram a importantes adaptações diante do contexto político-institucional instaurado.

A terceira oficina estava prevista para ser executada ainda na primeira quinzena de março, logo após o encontro realizado na comunidade Pindaíba. No entanto, do mesmo modo em que a segunda oficina converteu-se em um ato político, que levou a ocupação da área de extração ilegal de minério de ferro, a terceira oficina de mobilização foi organizada para fazer frente à audiência pública convocada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). A revelia de qualquer diálogo ou respeito à necessidade de Consulta Livre Prévia e Informada (CLPI), como determinado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, desde o dia

08 de março, a Semad passou a instalar faixas dentro das comunidades da região convocando para audiências públicas cujo tema seria o projeto de mineração Bloco 08, da empresa Sul Americana de Metais (SAM). As audiências estavam previstas para ocorrerem nos municípios de Grão Mogol e Fruta de Leite, nos dias 29 e 30 de março, respectivamente.

O Projeto Bloco 08 previa, dentre suas estruturas, a construção de um mineroduto de 482 quilômetros que seccionaria 21 municípios localizados entre o Norte de Minas e o Centro Sul Baiano, para estocagem dos rejeitos produzidos, a construção de três barragens com capacidade total de 2,4 bilhões de metros cúbicos, incluindo o que seria o maior reservatório em atividade no Brasil, que estaria localizado na cabeceira do córrego Lamarão, com 1,3 bilhões de metros cúbicos, destinados ao escoamento da produção via mineroduto.

Ao que tudo indica, o empreendimento possui grande aceitação dentro das esferas de poder, tanto a nível estadual quanto em nível dos municípios mineiros impactados, cujo principal argumento é a velha retórica de levar desenvolvimento para região. Entretanto, pelas dimensões do projeto, pela existência de dezenas de comunidades tradicionais identificadas na região e pela precariedade do diálogo com a sociedade civil, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) - Central e Regional Norte, e das Promotorias de Justiça de Salinas e Grão Mogol, expediu Recomendação Conjunta aos referidos órgãos do Estado, considerando que a aprovação da Licença Prévia e do Licenciamento Ambiental Trifásico, do projeto Bloco 08, em trâmite, poderia causar sérios impactos sociais, econômicos e ambientais, principalmente na região dos municípios de Grão Mogol, Padre Carvalho, Fruta de Leite e Josenópolis, localizados no Norte de Minas Gerais. A recomendação também indicou que as audiências públicas, convocadas para 29 e 30 de março de 2022, deveriam ser suspensas enquanto não fosse realizada e concluída, pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (Sedese), a CLPI às comunidades tradicionais potencialmente afetadas pelo empreendimento, identificadas ou não no EIA/Rima, nos termos da Convenção 169, da OIT.

Poucos dias antes das datas previstas para as audiências públicas Semad e Sedese ainda não haviam se pronunciado sobre a recomendação do MP-MG. A estratégia acordada entre Movimento Geraizeiro, Articulação Rosalino Gomes e CAA-NM foi buscar mobilizar as comunidades do vale dos rios Vacaria e Peixe Bravo e traçar estratégias para que, na audiência convocada, as vozes dessas comunidades fossem

ouvidas. Desde a chegada do empreendimento, observa-se o surgimento de pontos de tensão deflagrados por grupos políticos locais, principalmente comerciantes e agentes ligados às prefeituras que se posicionam favoravelmente ao projeto. No entanto, as comunidades que se localizam nas áreas diretamente ou indiretamente afetadas vinham sendo silenciadas em suas localidades por meio de uma série de ações sutis empreendidas pelo Estado, prefeituras e grupos locais. Uma das principais estratégias adotadas é colocar lideranças umas contra as outras de modo a causar rompimentos intracomunitários, fragilizando o pleito coletivo.

Todavia, dois dias antes das datas previstas para as audiências, Semad e Sedese acataram a Recomendação Conjunta do MP-MG suspendendo as consultas públicas. Subsequentemente ao posicionamento das secretarias do Estado, o MP-MG convocou reunião com representantes das comunidades tradicionais, possivelmente impactadas, para estabelecer diálogo e assim fazer valer o direito à CLPI, como versa os termos da Convenção 169 da OIT. A reunião foi marcada para o período da tarde do dia 05 de maio e, pelo fato da equipe de pesquisa, conjuntamente com os técnicos responsáveis pelo presente projeto, já está mobilizada, foi realizada, no período da manhã do mesmo dia, na sede do CAA-NM, reunião para alinhamento e construção de estratégias juntamente com as lideranças vacarianas das comunidades de Canto da Sorte e Tamboril da Vacaria para a reunião junto ao MP-MG.

Foi de comum acordo que o principal desafio naquele contexto era dar voz às comunidades e estabelecer mecanismos para que o diálogo com os agentes estatais e privados fossem realizados de forma menos verticalizada. Para tal finalidade, entendeu-se que uma estratégia era colocar para os promotores de justiça do MP-MG a necessidade dos segmentos identitários da região criarem seus próprios protocolos de consulta. Desse modo, poderiam expressar suas particularidades e apontar mecanismos específicos para o diálogo com agentes externos.

No período da tarde, a demanda foi apresentada à mesa composta por procuradores e promotor de justiça que manifestaram preocupação com o tempo que a construção desses protocolos de consulta poderia levar e a pressão política que órgãos do Governo estavam sofrendo para liberação das licenças ambientais para andamento das atividades da mineradora.

Ao final da reunião foi composto um grupo de trabalho com lideranças, assessores e colaboradores dos movimentos presentes para apontar ao MP-MG um cronograma inicial para construção dos protocolos de consulta das comunidades impactadas pelo

empreendimento Bloco 08. No entanto, mais uma vez, fomos surpreendidos pela publicação conjunta Semad/Sedese da Resolução 01/2022 de 04 de abril, que passava a regulamentar a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) em todo o estado. Em seu artigo 1º a resolução traz que:

Esta Resolução estabelece diretrizes para a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada – CLPI aos povos e comunidades tradicionais, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, conforme o disposto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Como consequência, lideranças dos povos e comunidades tradicionais e colaboradores, organizações da sociedade civil, universidades e a própria ABA passaram a se debruçar as diretrizes da referida resolução apontando, a partir de argumentação jurídica e antropológica, as falhas, contradições e descumprimento de direitos e, por meio do diálogo com os órgãos responsáveis, requerendo a imediata suspensão do documento, o que ocorreu em 31 de maio de 2023.

Ponto de relevância que ocorreu na reunião do dia 05 de maio de 2023, na sede do Ministério Público de Minas Gerais, em Montes Claros, foi a participação de pouco mais de uma dezenas de jovens vestidos com camisa com a seguinte frase: “Nós somos geraizeiros e somos a favor do Bloco 8”. Tratava-se de jovens dos municípios de Fruta de Leite e Padre Carvalho, cuja principal argumentação orbitava em relação às oportunidades de empregos que o empreendimento poderia proporcionar para a juventude local. Muitos desses jovens eram pertencentes à famílias com vínculo com os Gerais, pesar de que a grande maioria tinha como principal trajetória a relação com os núcleos urbanos e uma relação muito distante com o território reivindicado. O grupo em questão já havia feito manifestações em seus municípios com carros de som, faixas, estando todos uniformizados, protestando à favor do empreendimento em questão. Trata-se de um grupo financiado por agentes vinculados indiretamente com a empresa e comerciantes locais.



Figura 5: Reunião no Ministério Público de Minas Gerais, Montes Claros - 05 de abril de 2022.

Autor: Breno Trindade

Conclusão

Buscamos com o presente trabalho contextualizar e associar a emergência das comunidades Vacarianas dentro de um contexto de expansão da fronteira minerária no Norte de Minas Gerais, demonstrando que os efeitos produzidos pelo Projeto Bloco 8 extrapolam amplamente os limites do licenciamento ambiental e das transformações materiais decorrentes da eventual implantação do empreendimento.

Enquanto considerações parciais sobre o apresentado, a partir de Anna Tsing (2019) e sua contribuição acerca dos processos escaláveis e não escaláveis, percebo que a mineração constitui um projeto de escalabilidade por excelência, cuja lógica repousa na possibilidade de reproduzir modelos técnicos, infraestruturas e formas de exploração em diferentes territórios, submetendo-os a uma racionalidade homogênea de produção e circulação de commodities. Nesse sentido, a tentativa de transpor para o semiárido mineiro um modelo historicamente consolidado no Quadrilátero Ferrífero — incorporando minas a céu aberto, barragens de rejeitos, mineroduto e grandes estruturas logísticas — expressa precisamente essa pretensão de padronização dos territórios, desconsiderando as especificidades ecológicas, hidrológicas e socioculturais dos gerais do Norte de Minas.

Contudo, como demonstra Tsing, nenhum projeto escalável elimina completamente as contingências do mundo vivido. Ao contrário, sua implementação

produz efeitos inesperados que escapam às racionalidades do planejamento técnico. No caso analisado, a própria tentativa de implantação do empreendimento desencadeou processos de reorganização social que não figuravam entre seus objetivos: fortaleceu redes de articulação entre povos e comunidades tradicionais, ampliou o debate sobre direitos territoriais e favoreceu a emergência política das comunidades vacarianas como sujeito coletivo. Os conflitos desencadeados pela mineração, portanto, não produziram apenas fragmentação territorial ou disputas pelo uso dos recursos naturais; tornaram-se também catalisadores de novas formas de mobilização política, de produção de alianças e de reivindicação de reconhecimento junto ao Estado.

Esses processos evidenciaram, igualmente, os limites das próprias ferramentas de identificação territorial utilizadas nas oficinas realizadas com as comunidades. A incorporação de instrumentos como o TICCA e a plataforma *Tô no Mapa* revelou que o território tradicional não corresponde, necessariamente, às delimitações espaciais inicialmente representadas pelas famílias. Enquanto os primeiros mapas restringiam o território ao entorno imediato das moradias, das comunidades religiosas ou dos equipamentos públicos, as entrevistas evidenciaram territorialidades muito mais amplas, constituídas por áreas de uso comum, caminhos de circulação, relações de parentesco e práticas tradicionais de criação extensiva, como a "solta do gado", que até um passado recente alcançava localidades como Curral de Vara, distante cerca de 7quilômetro de Canto da Sorte. O próprio processo de cartografar mostrou-se, assim, um exercício pedagógico de reflexão coletiva sobre os direitos territoriais e sobre as diferentes formas pelas quais o território é vivido, lembrado e reivindicado. Ao mesmo tempo, revelou que os territórios vacarianos e geraizeiros apresentam importantes zonas de sobreposição, indicando que as territorialidades tradicionais dificilmente se conformam aos limites exclusivos e homogêneos frequentemente pressupostos pelos instrumentos estatais de reconhecimento.

Sob essa perspectiva, os resultados apresentados reforçam a necessidade de compreender a emergência dos vacarianos não como simples afirmação identitária, mas como um processo relacional e histórico produzido na interface entre conflitos ambientais e articulação política. A inserção de lideranças vacarianas na Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais e sua participação na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais expressam justamente esse movimento de ampliação das redes de representação política, demonstrando que a luta pelo território constitui também um

processo de produção de sujeitos coletivos e de construção de novos repertórios de ação política.

Por fim, identifico o presente trabalho desenvolvido junto à Articulação Rosalino Gomes a partir daquilo que Alfredo Wagner Berno de Almeida (2018), retomando Sol Tax, denomina de antropologia da ação ou antropologia participante: uma prática comprometida não apenas com a compreensão das formas locais de vida, mas também com a produção compartilhada de conhecimentos capazes de fortalecer as reivindicações dos povos estudados diante do Estado e da sociedade. Nesse sentido, a atuação antropológica não se restringiu ao registro etnográfico das transformações em curso, mas buscou, a partir do processo de formação política, mapeamento territorial e construção coletiva de estratégias de incidência, mais do que acompanhar os efeitos da expansão minerária, mas contribuir, dentro de seus limites, com a emergência de novos sujeitos políticos e de novas formas de reivindicação territorial, reafirmando o compromisso ético da antropologia com a defesa da autodeterminação dos povos.

Referências:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. “Cowboy anthropology”: nos limites da autoridade etnográfica. *Revista EntreRios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia*, Teresina, v. 1, n. 1, p. 8-35, 2018. DOI: 10.26694/rev.v1i1.7237. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/5248>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008. p. 25-131.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração no semiárido mineiro: neoextrativismo, atos de Estado, princípios de classificação e resistência de comunidades tradicionais. *Revista Cerrados*, Montes Claros, v. 22, n. 2, p. 354-378, jul./dez. 2024.

CARMO, Flávio Fonseca; KAMINO, Luciana Helena Yoshino (org.). *O Vale do Rio Peixe Bravo: ilhas de ferro no sertão mineiro*. Belo Horizonte: 3i Editora, 2017.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais*. 1998. 192 f. Dissertação (Mestrado) – Universidad Internacional de Andalucía, Sede Iberoamericana Santa María de La Rábida, Huelva, Espanha, 1998.

DAYRELL, Carlos Alberto. *De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. 2019. 459 f. Tese (Doutorado em

Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Resolução Conjunta SEDESE/SEMAD nº 1, de 4 de abril de 2022. Estabelece diretrizes para a realização da Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) aos povos e comunidades tradicionais. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Resolução Conjunta SEDESE/SEMAD nº 2, de 31 de maio de 2023. Revoga a Resolução Conjunta SEDESE/SEMAD nº 1, de 4 de abril de 2022. *Diário do Executivo*, Belo Horizonte, 2023.

NOGUEIRA, Mônica. *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade dos geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília: Mil Folhas, 2017. (Coleção Mil Saberes).

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais*. Genebra: OIT, 1989. Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

BRASIL. Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

OLIVEIRA, Bruna França; FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. A ação da mineração em território tradicional geraizeiro do Norte de Minas Gerais. *Ensaio de Geografia*, Niterói, v. 9, n. 20, p. 40-61, jan./abr. 2023.

RIBEIRO, Gabriel Costa. *Lutar com os pés no chão para continuar caminhando: uma ecologia política da megamineração de ferro no distrito do Vale das Cancelas (Grão Mogol/MG)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2018.

TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*. Tradução de Mariana Cortes de Castro et al. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-34.